



## Vigilantes do DF Mantém mobilização contra demissões



Vigilantes reagem às ameaças de demissão dos terceirizados

O GDF não apresentou proposta para anular as demissões de 600 vigilantes anunciadas pelas empresas de vigilância terceirizadas contratadas pelo governo. Nesta quarta-feira (15), o diretor da CNTV e deputado distrital Chico Vigilante (PT) participou de ato da categoria, realizado na Praça do Buriti, a fim de que o governador Rodrigo Rollemberg (PSB) se reunisse com o grupo para reverter as demissões dos 400 trabalhadores da Brasfort e outros 200 da MultServ.

Mobilizados pelo Sindicato dos Vigilantes do DF (Sindesv-DF) durante todo o dia, os trabalhadores permaneceram em frente ao Palácio do Buriti para pedir pelos empregos deles, mas não obtiveram sucesso nas negociações.

De acordo com o sindicato, as demissões representarão um corte em 10% dos trabalhadores de vigilância que prestam serviço para o GDF. “Vamos intensificar as nossas mobilizações para que saíamos vitoriosos em

mais essa luta”, explicou.

No final da manhã, o governador prometeu ao parlamentar que o Secretário da Casa Civil, Sérgio Sampaio, iria receber o grupo. O que não aconteceu.

“O secretário prometeu que iria nos chamar assim que tivesse uma proposta, mas ficamos o dia todo aqui, embaixo do sol quente, e eles não nos receberam”, explicou Vigilante.

Um dos pontos fortes da mobilização foi a transmissão de áudio de Rollemberg, gravado na época da campanha eleitoral, no qual ele prometeu que não demitiria vigilantes, caso fosse eleito.

“Ele mentiu. Traiu a categoria. O áudio mostra isso. Esperamos que ele tenha um pouco de dignidade e cumpra a promessa feita para nós”, disse a vigilante Maria Cecília Matias, que está cumprindo aviso prévio.

Fonte: Ascom Chico Vigilante

# Sindsegur-RN cobra providências do INSS sobre atraso de salários na Flash

**Entre as principais bandeiras de luta do Sindsegur se destacam o cumprimento dos direitos e o pagamento do salário em dia.**



Carro-forte foi assaltado na Avenida Caxangá, no Recife  
(Foto: Divulgação/PM)

Na manhã desta quarta-feira, 15 de junho, o coordenador geral do Sindsegur, Francisco benedito (Bené), e os diretores Agrício Enedino e Dalcilene Cabral se reuniram com representantes do INSS Natal. A reunião teve como objetivo cobrar providências sobre o atraso de salários e o descumprimento de direitos trabalhistas dos

vigilantes da Flash que trabalham nos postos de vigilância da instituição.

Na ocasião o sindicato solicitou uma reunião urgente com a presença da empresa que demonstra completo descaso com os vigilantes. A falta de respeito da Flash à CLT (Consolidação das Leis de Trabalho) não se resume ao atraso de salários, mas também às férias, previdência, FGTS, horas extras e Ticket alimentação que são direitos garantidos na Convenção Coletiva, porém estão sendo desrespeitados.

O Sindsegur está sempre alerta e vai continuar encaminhando todas as formas de luta para defender os direitos e as conquistas dos vigilantes patrimoniais. Fique atento e participe das atividades organizadas pelo seu sindicato.

Fonte: Sindsegur-RN



# É amanhã! Vigilantes serão homenageados na Câmara Legislativa do DF



SESSÃO SOLENE EM  
**COMEMORAÇÃO AO  
DIA DO VIGILANTE**  
**17 DE JUNHO, ÀS 19H**  
Plenário da Câmara Legislativa

DISTRITAL  
**CHICO VIGILANTE**

A Câmara Legislativa do DF vai realizar, nesta sexta-feira (17), às 19h, Sessão Solene em homenagem ao Dia Nacional do Vigilante, comemorado no dia 20 de junho. O requerimento da sessão é do deputado Chico Vigilante (PT), representante da categoria na Câmara.

Para Vigilante, a categoria merece todas as homenagens. “Há 37 anos luto em defesa da categoria. É um prazer homenageá-los. Eles me projetaram para a vida e para a política, e são imprescindíveis para garantir a segurança da população, disse.

A sessão vai avaliar as batalhas travadas pela categoria nos últimos anos e apontar caminhos para o futuro. Os trabalhadores lutam contra as demissões dos vigilantes que prestam serviços para o GDF e exigem o prosseguimento da licitação para contratar de mais de sete mil profissionais.

O Piso Nacional dos Vigilantes, de R\$ 3 mil, também deve entrar na pauta.

Para o presidente do Sindicato dos Vigilante do DF, Paulo Quadros, a sessão é uma oportunidade para comemorar as lutas de mais de 30 anos da categoria. “Hoje somos uma categoria forte e reconhecida por lei”, destacou o sindicalista.

Quadros afirma que a convenção coletiva da categoria é uma das mais respeitadas do país. “Ela é invejável e já tem mais de 30 anos de conquistas, a exemplo do adicional de risco de vida e o plano de saúde dos trabalhadores”,

comemorou.

Foram convidados para a solenidade a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV), o Sindicato local, a CUT, parlamentares aliados da categoria e sindicatos parceiros.

Mobilização

Nesta quarta-feira (15), às 7h30, na Praça do Buriti, os vigilantes realizaram mais um protesto contra a demissão de vigilantes que prestam serviços ao GDF. Na última segunda-feira (13), a categoria arrancou do GDF o compromisso de suspender as demissões e dar mais celeridade a licitação.

Ao convocar os trabalhadores, Vigilante destacou a importância da presença massiva da categoria. “Conseguimos o compromisso do fim das demissões, agora temos que lutar por mais contratações”, finalizou.

Fonte: Ascom Chico Vigilante



# Reforma trabalhista já está em vigor, aponta economista

**Para especialista do Dieese, com argumento de equilibrar economia, Temer irá apostar no achatamento de políticas sociais e direitos trabalhistas**

A gestão Michel Temer já deu sinais de saber muito bem que não há almoço grátis. Os empresários que financiaram o golpe agora cobram celeridade em uma reforma trabalhista baseada no avanço do negociado sobre o legislado e na aprovação da terceirização sem limites.

Durante reunião do Coletivo Nacional de Mulheres da CUT, na manhã desta quarta-feira (15), em São Paulo, a economista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), Adriana Marcolino, apontou que o progresso desses dois pontos é o suficiente para desregular o mercado de trabalho.

“Ao permitir que a convenção coletiva prevaleça sobre normas legais, o negociado sobre o legislado, você abre espaço para que, em épocas de crise como a que vivemos agora, patrões falem ‘ou seu empregou ou o pagamento de hora extra’. E muitos trabalhadores, com a corda no pescoço, vão topa medidas que retiram direitos para manter o trabalho. Além disso, temos um problema de a sindicalização ser muito baixa no Brasil e a legislação engessar a própria atuação dos sindicatos”, explica.

Já em relação à terceirização, com base nos programas do PMDB “Ponte para Futuro”, “Agenda Brasil” e “Travessia Social”, ela observa que a regulamentação desse modelo de contratação se daria pelo viés da precarização.

“Essas plataformas falam de regulamentar terceirização paga garantir ambiente seguro às empresas, para que não sejam processadas, e não para garantir condições dignas aos terceirizados. Com negociado sobre legislado e a terceirização neste viés há a reforma completa trabalhista que eles querem, desconstruindo direitos dos trabalhadores”, define.

Para Adriana Marcolino, a crise é uma oportunidade única para os setores que financiaram o golpe promoverem arranjos profundos na Constituição cidadã de 1988.

“Há percentuais do PIB (Produto Interno Bruto) que os governos devem investir em saúde e educação e o governo interino quer desmontar essa obrigatoriedade, estabelecer um teto. Em 1988, o ganho foi justamente garantir educação e saúde universais e verbas

para financiar políticas.”

A economista diz que o mesmo vale para o mercado de trabalho, que cresceu em qualidade e formalização e agora é alvo central do ajuste.

“A atual característica do desemprego não é a rotatividade, mas a destruição de postos de trabalho. Tivemos a melhoria na qualidade do emprego, aumentamos postos formais, tivemos ganhos salariais sensíveis e uma crise dessa é a oportunidade para reestruturação pelos empregadores e para um ajuste muito forte na economia via mundo do trabalho.”

## **Exemplos do retrocesso**

Os apertos, ressaltou Adriana, utilizam o argumento do equilíbrio fiscal e da desburocratização do país para permitir ações como a diminuição da obrigatoriedade de licenciamento ambiental para empresas impedirem a taxa de renda.

Enquanto isso, do outro lado, o país mantém uma política que beneficia rentistas e paga R\$500 bilhões de juros ao rentistas, cinco vezes mais do que o orçamento do SUS (Sistema Único de Saúde).

“Vão estabelecer teto de custeio, acabar com políticas sociais e dois, três anos podem diminuir impostos porque não têm mais políticas para financiar. E essas medidas estão tramitando com muita velocidade, porque esse Congresso, o mais conservador desde 1964, está alinhado com isso”, avalia.

## **Como mudar**

Adriana Marcolino sugere mudar a aferição das metas de inflação para cada três anos, como forma de fazer com que a economia possa refletir medidas voltadas à geração de emprego e evitar choques de curto prazo que sacrificam o desenvolvimento.

Além disso, a economista defende ampliar o investimento em infraestrutura, especialmente para destravar os setores de petróleo e gás, a construção civil, o setor social e a redução da taxa de juros.

“Cada vez que aumenta a taxa Selic, os títulos que o governo vende para se financiar ficam mais atrativos, valem mais para quem vive de especulação, e o setor produtivo sofre com dificuldade para investir na produção”, conclui.

**Fonte: CUT**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF